



GRADUAÇÃO EM MEDICINA NO NORDESTE E NO SUL DO BRASIL: UM ENFOQUE INTERSECCIONAL SOBRE O PERFIL DOS/AS ESTUDANTES

MINELLA, Luzinete Simões
*Professora do PPG Interdisciplinar
em Ciências Humanas da UFSC*
simoesluzinete@gmail.com

494

RESUMO

O artigo sintetiza o perfil socioeconômico, geracional e étnico dos/as estudantes aprovados e classificados/as no vestibular para os cursos de graduação em Medicina das Universidades Federais da Bahia e de Santa Catarina entre 2005 e 2012. A abordagem privilegia as interseções entre gênero, gerações, classe e etnia, na intenção de contribuir para o debate sobre a absorção das mulheres e de estudantes não brancos, não jovens e de baixa renda, observando as interferências regionais nos perfis encontrados nas instituições. A metodologia se baseou no levantamento de dados secundários sobre sexo, renda familiar, idade, cor e origem dos/as estudantes inscritos/as no período, a partir do questionário socioeconômico aplicado pelas instituições como parte da inscrição no Concurso Vestibular. Os resultados obtidos até o momento mostram que em ambas há uma maioria do sexo masculino e confirmam a tendência à feminização da área; os/as estudantes tem prioritariamente entre 17 e 19 anos; a renda familiar se concentra principalmente na faixa entre cinco a dez salários mínimos. Quanto ao quesito cor, a maior parte se declarou parda na UFBA e branca na UFSC, tendo ocorrido algum incremento de indígenas.

Palavras chave: interseções; feminização; medicina; estudantes

ABSTRACT

This article summarizes the socioeconomic, generational and ethnic profile of the students approved and classified in the *vestibular* (entrance exam for Brazilian universities) for undergraduate Medicine courses at Federal University of Bahia and Federal University of Santa Catarina from 2005 to 2012. The approach privileges the intersections between gender, generations, class and ethnics, aiming to contribute with the debate on the absorption of women, non-white, non-young and low-income students, observing the regional interferences in the profiles found in the institutions. The methodology is based on secondary data on sex, family income, age, color and origin of the students enrolled in the period, collected from the socioeconomic survey applied by the institutions as part of the enrollment procedure for the *Vestibular* Examination. The results obtained up to the moment show that both institutions have male majority, and confirm the tendency to the feminization of the area; the students are mostly between 17 and 19 years old; family income is concentrated mainly within five to ten minimum salaries. In relation to color, most of the respondents declared themselves *pardos* (mulatto) in UFBA and white in UFSC, with a little increase in the indigenous presence.

Key words: intersections; feminization; medicine; students



Introdução

Ao longo das últimas décadas, inúmeras pesquisas voltadas para a análise das interferências de gênero no campo científico, tem produzido avanços consideráveis no sentido de questionar estereótipos e de estimular a elaboração e a implementação de políticas científicas capazes de favorecer a entrada e a permanência das mulheres nas carreiras científicas.

Este artigo visa contribuir para o debate através da síntese das linhas gerais do perfil sócio-econômico, geracional e étnico dos/as estudantes aprovados e classificados/as no vestibular para os cursos de graduação em Medicina no Nordeste e no Sul do país, entre 2005 e 2012. Os dados apresentados constituem parte de uma pesquisa mais ampla, em andamento, que contemplará alguns cursos da rede pública e privada nos Estados da Bahia e de Santa Catarina¹. Entre outros aspectos, a análise reflete sobre as interseções entre gênero, gerações, classe e etnia e sobre a absorção das mulheres e de estudantes não brancos, não jovens e de baixa renda, observando as interferências regionais nos perfis encontrados nas instituições analisadas.

No caso do Nordeste, o artigo se refere apenas aos dados sobre a graduação da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia. No Sul do país, a pesquisa realizou-se junto a Universidade Federal de Santa Catarina. Em ambas as instituições, foram levantados os dados disponíveis ao longo de sete anos, entre 2005 e 2012. Em 2005 foi implantado o sistema de cotas na UFBA e em 2008 na UFSC, através do Programa de Ações Afirmativas (PAA). Embora os dados não incluam os períodos anteriores, de modo a possibilitar uma análise mais precisa sobre o impacto do sistema de cotas sobre os perfis dos estudantes, espera-se que possam contribuir para uma compreensão das suas potencialidades.

A escolha da medicina como campo de investigação levou em conta vários fatores: primeiro, o caráter estratégico dessa área para o avanço do conhecimento científico e tecnológico e o conseqüente prestígio que proporciona, sendo por isso mesmo, tradicionalmente, uma das carreiras mais concorridas nos exames de ingresso às universidades. No caso das instituições selecionadas, os índices atuais da relação candidato vaga constituem

¹ Trata-se do projeto de minha autoria em andamento intitulado “Mulheres no campo da Medicina no Nordeste e no Sul do Brasil: interseções de gênero, gerações, classe e etnia”, iniciado em 2012, com previsão de conclusão em 2015, financiado pelo CNPq.



um claro indicador do interesse das novas gerações por esta carreira que continua liderando a demanda do vestibular².

Segundo, o caráter social das atividades médicas e seu alto impacto no cotidiano da sociedade conforme mostram várias referências clássicas, por exemplo, Rosen (1994); Foucault (1979); Costa (1979) e Luz (1988). Terceiro, o visível incremento do número de mulheres nas últimas décadas e a carência de abordagens que possam acompanhar as especificidades dessa expansão. Finalmente, o fato de ter atuado durante muitos anos, na área de Ciências Sociais e Saúde, em particular nos âmbitos da saúde mental e da saúde reprodutiva, também interferiu nessa escolha.

A metodologia se baseou no levantamento de dados secundários sobre sexo, renda familiar, idade, cor e origem dos/as estudantes inscritos no período, a partir do questionário socioeconômico preenchido apenas por aqueles/as que foram classificados/as no Concurso Vestibular³. Nas próximas etapas da pesquisa, a mesma abordagem será adotada nos cursos de outras instituições. A seleção se fundamentou no mapeamento dos cursos, feito através de consulta aos sites das instituições de ensino superior e ainda, ao site das Escolas Médicas do Brasil⁴ que disponibiliza uma relação atualizada com nomes e endereços, além de outras informações.

Na Bahia foram encontrados cinco cursos que funcionam nas seguintes instituições⁵: a) Faculdade de Medicina da Bahia (FMB/Universidade Federal da Bahia), criado em 1832; b) Escola Baiana de Medicina e Saúde Pública, nascido em 1952; c) Universidade Estadual de Santa Cruz/UESC, 2000; d) Universidade Estadual de Feira de Santana/UEFS, 2003; e) Faculdade de Ciência e Tecnologia/FCT, fundado em 2004.

Como se vê, há grandes diferenças em relação ao período de sua criação, que varia entre 1832 e 2004. O curso selecionado é o mais antigo e se originou em 1808, durante a presença da família real portuguesa no Brasil, quando D. João VI formalizou a criação da Escola de Cirurgia da Bahia. Esta Escola foi transformada em 1813, na Academia Médico-Cirúrgica e depois em Faculdade de Medicina da Bahia em 1832, sendo incorporada à Universidade Federal da Bahia em 1946⁶. Numa etapa posterior, a pesquisa contemplará também o curso oferecido pela Escola

² Na UFSC em 2012, para um total de 100 vagas, o número de inscritos correspondeu a 4.957, resultando numa relação candidato/vaga equivalente a 49,57. Manteve-se também a tradição de uma alta concorrência no Direito e na Engenharia Civil. No caso da UFBA, o vestibular de 2013 registrou 7.510 inscrições para 128 vagas, correspondendo a um c/v igual a 58,67. Entre os cursos mais concorridos estão Engenharia Civil, Engenharia Sanitária e Ambiental, Direito e Psicologia, alcançando, todos eles no entanto, um índice bem menor do que a Medicina.

³ Em ambas as instituições, os dados foram obtidos através da COPERVE (Comissão Permanente do Vestibular).

⁴ Ver o site www.escolasmedicas.com.br/, consultado em 20 de julho de 2013.

⁵ As datas de criação foram pesquisadas nos sites dos cursos e estão sendo checadas. Em alguns sites, além dessas datas, constam também as de implantação e/ou as de regulamentação dos cursos. Em todos, no entanto, podem ser encontradas a data de criação, razão pela qual esta foi tomada como referência no momento.

⁶ www.medicina.ufba.br/



Baiana de Medicina e Saúde Pública, criada mais de um século depois, uma instituição privada, mantida pela Fundação Baiana para Desenvolvimento das Ciências (FBDC).⁷

Em Santa Catarina, os cursos encontrados foram criados em período mais recente, entre 1960 e 2005, funcionando nas seguintes instituições: a) Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 1960; b) Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), Campus da Grande Florianópolis, Unidade Pedra Branca, 1998; c) Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), Campus Tubarão, 1998; d) Universidade de Joinville (UNIVILLE), 1998; e) Graduação em Medicina da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), Campus de São Miguel do Oeste, 2001; f) Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ), 2005; g) FURB – Universidade de Blumenau, 1989; h) Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), 1998; i) Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC), 2003; j) Universidade do Vale de Itajaí (UNIVALI), 1998.

O mais antigo originou-se em 1960, na UFSC e o mais recente começou a funcionar em 2005 na UNOCHAPECÓ, extremo-oeste do Estado. Chama a atenção que quatro dentre os dez cursos tenham sido criados no mesmo ano – 1998 - e que sua distribuição atinja várias regiões do Estado. Apenas o curso da UFSC funciona na capital. Um deles (o da UNISUL) está localizado num município vizinho, que integra a mesma microrregião. Situação contrária se observa na Bahia, onde dos cinco cursos, três estão instalados na capital e apenas dois em municípios vizinhos. O mapeamento identificou, portanto, quinze cursos, sendo dez em Santa Catarina e cinco na Bahia. E quatorze instituições, cinco na Bahia e nove em Santa Catarina⁸. No caso de Santa Catarina, numa etapa posterior serão levantados os dados da Universidade de Joinville (UNIVILLE), criado em 1998.

Espera-se que os critérios de seleção facilitem uma compreensão das diferenças e semelhanças entre o perfil socioeconômico, geracional e étnico das mulheres em três âmbitos: a) nas instituições públicas e nas privadas; b) nas mais tradicionais e nas mais modernas; c) e, no caso de Santa Catarina, na capital e no interior do Estado.

No próximo item, serão sintetizadas as linhas gerais do enfoque teórico que orienta essa pesquisa. Posteriormente a análise dos resultados será elaborada mediante a comparação entre as regiões. Referências a estudos realizados recentemente também serão feitas, de modo a esclarecer as linhas de continuidade entre eles (MINELLA, 2012 e 2013).

⁷ Além da Medicina, esta instituição oferece também os seguintes cursos de graduação: Biomedicina, Enfermagem, Fisioterapia, Odontologia, Psicologia e Terapia Ocupacional (ver www.bahiana.edu.br).

⁸ Esta pesquisa está sendo realizada em quatro etapas, ao longo de três anos, tendo-se iniciado em março de 2012, com previsão de conclusão em março de 2015. Nos dois Estados o levantamento ocorreu primeiro, nos cursos mais tradicionais, ou seja, os das universidades públicas federais, UFBA e UFSC. Serão contemplados posteriormente, cursos mais recentes, criados pela iniciativa privada a partir dos noventa, quando ocorreu uma expansão da oferta nos dois contextos analisados.



I - O enfoque: gênero e interseções no acesso à carreira

A análise das informações com vistas à construção do perfil do/as estudantes, se fundamenta numa perspectiva de gênero que privilegia suas interseções com outros marcadores da diferença - classe, raça/etnia e gerações - de modo a refletir sobre o acesso das mulheres à carreira médica. A categoria interseccional idade é adotada conforme a definição de Kimberlé Creenshaw, ou seja, como “associação de sistemas múltiplos de subordinação” que “tem sido descrita de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas, ou como dupla ou tripla discriminação”. Segundo a autora,

“A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (Creenshaw, 2002: 177).

Também levo em conta a perspectiva de Avtar Brah, que ao caracterizar os distintos tipos de diferença, avaliando seus impactos sobre a subjetividade e a identidade, prefere utilizar a categoria “eixos de diferenciação” (2006). A abordagem interseccional será adotada de modo a interrogar em que medida a participação de homens e mulheres no campo considerado, reflete as interferências das sobreposições ressaltadas pelas autoras.

Parto de considerar que esse tipo de abordagem favorece o desenvolvimento de um olhar mais atento às especificidades da feminização das carreiras científicas, processo que tem sido contemplado em vários estudos que articulam Gênero e Ciências. A respeito da emergência desses estudos no país, Hildete Pereira de Melo e André Barbosa Oliveira afirmam que “desde os anos 1970, com a segunda onda feminista do século XX, esta temática também ressoou no Brasil, no início, com as pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, espalhando-se, posteriormente, no meio acadêmico com a consolidação de vários núcleos de estudos de gênero. Particularmente o tema gênero e ciência ganhou relevância nos anos 1990, com destaque para estudos dos grupos da Unicamp, Fiocruz, NEIM/UFBA e tantas outras pesquisadoras individuais que analisam a ausência das mulheres da História da Ciência no Brasil” (2006).



Os artigos publicados pela Fundação Carlos Chagas nos anos setenta representaram um dos marcos iniciais no desenvolvimento do tema. Dois deles ilustram preocupações que seriam retomadas em vários outros estudos nas décadas seguintes: o de Barroso e Mello, sobre o acesso das mulheres ao ensino superior no Brasil (1975) e o de Bruschini a respeito da inserção das engenheiras, enfermeiras e professoras no mercado de trabalho (1978). Outros artigos sobre a baixa participação das mulheres no desenvolvimento científico nacional, publicados na revista *Ciência e Cultura* no mesmo ano, chamaram a atenção para as desigualdades de oportunidades entre homens e mulheres (Barroso e Mello, 1975b e Barroso, 1975).

A revisão da literatura no Brasil mostra que a maioria dos estudos em Gênero e Ciências tem sido influenciada por algumas obras de referência, produzidas no contexto anglo-saxão a partir dos anos oitenta, nas quais são sistematizadas várias críticas fundamentais das epistemologias feministas à ciência. Por exemplo, Haraway, 1994 e 1995; Harding, 1996; Schiebinger, 2001 e Fox Keller, 2006. Algumas dessas autoras tem se preocupado em sintetizar as grandes linhas temáticas desse campo de investigação. Sandra Harding, por exemplo, identificou cinco tendências principais entre os estudos produzidos no contexto anglo-saxão: a) aqueles que apontam as oposições históricas que as mulheres enfrentaram e enfrentam a fim de obter oportunidades educacionais, títulos acadêmicos e atuação semelhantes às dos homens; b) estudos que criticam a biologia, as ciências sociais e suas tecnologias, mostrando o modo como instrumentaram projetos sociais “sexistas, racistas, homófobos y classistas”; c) estudos que colocaram em dúvida a possibilidade de existência das ciências puras; d) aqueles que reúnem as contribuições da crítica literária, da interpretação histórica e da psicanálise para evidenciar os sentidos simbólicos ocultos nos enunciados e práticas científicas; e) finalmente, a autora aponta a existência dos estudos que tentam entender “cómo se fundamentan las creencias en las experiencias sociales y el tipo de experiência que serviria de fundamento a las creencias que honramos con la denominación de “saber” (1996: 20-23).

Londa Schiebinger, por sua vez, afirma que

“A questão do gênero na ciência é enfocada por estudiosos de muitas disciplinas a partir de perspectivas amplamente variáveis. Historiadores estudam as vidas de mulheres-cientistas no contexto de instituições que, por séculos, mantiveram as mulheres à distância; sociólogos enfocam o acesso das mulheres aos meios de produção científica; biólogos examinam como os cientistas estudaram as mulheres; críticos culturais exploram a compreensão normativa de feminilidade e masculinidade; filósofos e historiadores da ciência analisam a influência do gênero sobre o conteúdo e os métodos das ciências” (2001: 19-20).



Os estudos de Maria Margaret Lopes, uma das pioneiras do campo de Gênero e Ciências no Brasil, proporcionam uma visão geral dos debates. Lopes se refere, dentre outras, à importância das contribuições de Evelyn Fox Keller, assinalando que essa autora sintetizou as nuances históricas e políticas desse campo, referindo-se a três linhas de investigação que teriam prevalecido nos anos noventa: “mulheres na ciência, construções científicas de gênero e influência do gênero nas construções históricas da ciência⁹”. De acordo com Lopes, posteriormente, a partir das análises sobre a expansão do campo, Fox Keller observaria sua diversificação e suas novas mutações, paralelamente à persistência de um denominador comum: “sua ativa resistência ao desaparecimento do gênero (e, é claro das mulheres)”. (Lopes, 2006: 41).

Analisando as pesquisas apresentadas em três edições do Fazendo Gênero (2002, 2004 e 2006), centrando a atenção nas tecnologias, Carla Cabral encontrou “seis sessões de comunicações e duas mesas-redondas relacionando (especificamente) gênero, ciência e tecnologia. Foram apresentados 55 trabalhos, de autoria de 63 pesquisadores – 57 mulheres e seis homens” (2008). Segundo a autora, em 2002 prevaleceram os estudos que relacionavam educação, tecnologia e gênero; em 2004, gênero e tecnologia. Em 2006 a autora constatou uma ampliação e maior diversificação tanto da filiação institucional das pesquisadoras, quanto das temáticas abordadas.

Numa pesquisa anterior, visando a identificação das grandes linhas temáticas dos estudos feitos no Brasil a partir dos anos noventa, abordei a emergência e a consolidação do campo, focalizando os vários temas tratados nas pesquisas divulgadas em três veículos que alavancaram os debates na área: os *Cadernos Pagu*, publicação do Núcleo de Estudos de Gênero da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); os *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Relações de Gênero e Tecnologia (GeTec) do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET/Paraná); e a *Revista Tecnologia e Sociedade* do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia (PPGTE) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPr). Foram também referidos estudos publicados em outras fontes, incluindo a *Revista Estudos Feministas* (MINELLA, 2013).

Relacionei ainda um conjunto de treze livros e coletâneas que entraram em cena a partir de 2000, paralelamente à diversificação temática e institucional observada nos periódicos científicos citados anteriormente. A partir dessa variedade de pesquisas, tendo analisado setenta e oito estudos, esbocei uma classificação dos temas prioritários inspirada nas classificações

⁹ Nesse fragmento, Lopes se refere às seguintes obras: FOX KELLER, Evelyn (1992 e 1995).



elaboradas por Harding, Schiebinger, Fox Keller e Cabral: a) participação das mulheres na academia e nas associações científicas, seu acesso ao ensino superior, à carreira e à produção científica; b) debates sobre epistemologias feministas e críticas às ciências incluindo análises sobre os impactos das tecnologias sobre o trabalho e a saúde das mulheres; c) histórias e trajetórias de pioneiras e viajantes (MINELLA, 2013).

Apesar dos seus limites, essa classificação evidenciou que desse conjunto, um total, a metade, ou seja, trinta e nove se incluem na primeira grande linha ou tendência temática, dezoito na segunda e vinte e um na terceira. A prevalência da primeira talvez se explique em razão de vários fatores, por exemplo, o alto potencial explicativo dos temas abordados nesses estudos; a atração exercida pelo visível incremento do acesso e da permanência das mulheres no campo científico, inclusive em áreas antes prioritariamente masculinas e ainda, as relativas facilidades de acesso às informações sobre os contextos atuais disponíveis em várias bases de dados. É provável que tal prevalência se explique também em virtude da influência da formação empírica das pesquisadoras, bem como de outros fatores a serem pesquisados.

A largada nos anos noventa e a consolidação na entrada do milênio, por sua vez, talvez possam ser explicadas tanto em decorrência das influências do debate internacional, como de um avanço sem precedentes da incorporação dos achados científicos e das tecnologias à vida cotidiana a nível mundial. Entre 2000 e 2010, coincidindo com o ponto de vista de Cabral (2008), observei uma diversificação maior dos temas, de autoras, instituições e editoras envolvidas, embora as publicações, pelo menos aparentemente, tenham permanecido mais concentradas em alguns veículos.

Apesar dos avanços representados pelo conjunto dessas contribuições, do ponto de vista das interseções, concluí que a ênfase tem recaído mais sobre as assimetrias entre homens e mulheres; as pesquisas empíricas têm contemplado com certa frequência as interseções entre gênero e gerações, através da análise de dados agregados por faixa etária; em algumas pesquisas podem ser encontradas informações sobre o perfil sócio-econômico das mulheres analisadas. Mas, não foram encontradas, análises que coloquem as questões raciais e étnicas no centro do debate, constituindo-se essa lacuna num grande desafio epistemológico e político.

Dentro deste quadro mais geral, este estudo se situa, portanto, na primeira tendência, visando mais especificamente, focalizar os entrelaçamentos dos marcadores da diferença na produção do perfil dos/as estudantes, para refletir sobre o acesso das mulheres ao ensino superior, conforme pode ser visto no próximo item.



III– A feminização da área e as interseções: perfil socioeconômico dos/as estudantes de graduação no Nordeste e no Sul do Brasil (2005-2012)

O exercício da profissão, os níveis de especialização da carreira, o associativismo e as oportunidades de trabalho na área da medicina tem sido alvo de inúmeras pesquisas dada a sua importância estratégica. No entanto, o levantamento bibliográfico feito até o momento mostra que ainda são poucas as que contemplam as especificidades ligadas às desigualdades de gênero. Entre elas, num estudo anterior (MINELLA, 2012) destaco as pesquisas sobre as trajetórias das pioneiras - cuja entrada na área se deu entre os finais do século XIX e o início do século XX - realizados por Maria Lúcia Mott sobre Madame Durocher e Marie Renotte (1994, 1998, 2005); por Elisabeth Juliska Rago a respeito da médica baiana Francisca Prager Froés (2007); as investigações de Iole Vanin sobre as primeiras médicas, farmacêuticas e odontólogas formadas pela Faculdade de Medicina da Bahia entre 1879 e 1949 (2008) e, finalmente, as análises de Monica Schpun sobre a carreira profissional e política da médica e deputada federal Carlota Pereira de Queiróz (1999 e 2010). Algumas contribuições desses estudos serão retomadas nesse item porque ajudam a compreender certas diferenças entre a situação das pioneiras e a fase atual.

Entendo que o ideal seria interpretar os dados desagregados por sexo. Assim, por exemplo, ao falar sobre renda familiar, ou cor/raça, seria possível contrastar o número de mulheres com o de homens para averiguar possíveis diferenciais de gênero. No entanto, não foram encontrados dados desse tipo. Por isso mesmo, serão analisadas as informações sobre estudantes em geral.

Do ponto de vista interseccional, os dados obtidos na UFBA evidenciam que os/as 1.259 classificados no curso entre 2005 e 2012, se caracterizam pela diversidade de pertencimento aos estratos sócio-econômicos, ao sexo, idade e cor. Para uma média de 160 vagas, a maioria foi do sexo masculino, ou seja, 58,9% contra 41,1% de mulheres¹⁰. A UFSC apresenta proporções semelhantes, para uma média de cem vagas por ano, prevaleceram também os homens (55,29%) contra um número significativo de mulheres (44,71%).

As conquistas mais significativas na direção da paridade levaram aproximadamente um século. Hahner afirma que Rita Lobato, gaúcha que se graduou pela Faculdade de Medicina da

¹⁰ Vale ressaltar que a proporção de homens foi mais alta no curso de Medicina da UFBA do que aquela registrada como média em todas as áreas entre 2005 e 2008: homens, 50,6% e mulheres, 49,4 (UFBA, 2008).



Bahia em 1887, foi a primeira mulher a receber um diploma de medicina expedido por uma instituição acadêmica brasileira, sendo a única em sua turma. Rago analisa a trajetória da médica feminista baiana Francisca Prager Froés, que se destacou na carreira e que se formou em 1893, sendo a única mulher em meio a 24 homens.

O mesmo teria acontecido com Ermelinda Lopes de Vasconcelos, diplomada na Escola de Medicina do Rio de Janeiro em 1888. Monica Schpun ressalta que Carlota Pereira de Queiróz não foi apenas pioneira ao se formar em 1892, mas foi também a primeira mulher brasileira eleita deputada federal, tendo participado da Assembléia Nacional Constituinte, entre 1934 e 1935. Todas elas atuaram nas áreas de ginecologia, obstetrícia e pediatria, tal como a maioria daquelas que entraram na academia nas décadas subsequentes, configurando um nicho profissional.

Os dados disponíveis no estudo de Tavares-Neto et alii dão conta de que entre 1812 - quando a primeira turma da Faculdade de Medicina da Bahia concluiu seus estudos - e 1912, ou seja, no espaço de um século, 2.691 homens se diplomaram contra apenas sete mulheres (0,26%). Aproximadamente um século depois, ou seja, entre 1913 e 2008, embora a presença delas tenha se tornado numericamente significativa a partir da década de 50, tem-se um total de 7.518 homens titulados, contra 2.731 mulheres (73,45 contra 26,6%). Considerando o total de diplomados/as ao longo de dois séculos, tem-se portanto, 10.209 homens e 2.738 mulheres (12.947 no total geral, sendo 78,8 homens contra 21,2% de mulheres). Os números são importantes para ressaltar a forte assimetria de gênero que se instalou no período. Mesmo com o significativo aumento da participação feminina a partir dos anos cinquenta, a situação se encontra muito longe do equilíbrio entre os sexos do ponto de vista numérico.

Iole Vanin ressalta que na Bahia, o incremento da participação das mulheres deu-se mais nos cursos de farmácia e odontologia e menos em medicina, pois entre 1879 e 1949, quando esses três cursos eram ofertados pela Faculdade de Medicina, formaram-se 168 mulheres em farmácia, 160 em Odontologia e 84 em Medicina. A autora assinala que havia mais mulheres naquelas áreas menos prestigiadas ligadas ao atendimento às próprias mulheres e às crianças (2010^a).

Maria Lúcia Mott et alii analisam o perfil de médicos e médicas que se diplomaram em São Paulo entre 1892 e 1932, mediante consulta aos dados disponíveis no Centro de Memória da Saúde Pública de São Paulo. As autoras concluem que o número de médicas registrado no período equivalia a apenas 1,0% (2008).



Essa proporção se manteve durante décadas no país. Maria Helena Machado sinaliza que o processo de feminização da carreira teria se iniciado depois da metade do século XX, mostrando que se em 1940 o contingente feminino equivalia a apenas 1,0% no país, nos anos 90 a proporção tinha atingido 35,0%, sendo que no segmento com menos de 30 anos, as mulheres representavam 50,0% (1997).

Analisando a situação das mulheres “em carreiras de prestígio”, ou seja, nas áreas da medicina, arquitetura, direito e engenharia, Cristina Bruschini e Maria Rosa Lombardi confirmam a tendência da feminização nos anos 90, ponderando vários aspectos relativos às especificidades desse processo. Sistematizando os dados da RAIS (Relações Anuais de Informações Sociais do Ministério do Trabalho) relativos a 1990, 1993 e 1996, as autoras encontram uma proporção de mulheres bem próxima da pesquisa de Machado: 38,0%. Fanny Tabak lembra que na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1977, apenas 35% do contingente do curso de medicina eram mulheres, enquanto em 1990 a proporção chegava a 62,0%, quase o dobro. Os dados levantados pela autora nesta instituição mostraram que uma situação semelhante ocorreu na engenharia, outra área tradicionalmente ocupada pelos homens (Tabak, 2002).

Com relação à idade, se destacou no período considerado, na UFBA a faixa entre 17 e 19 anos onde se concentram 60,7%. Entre 20 e 25 anos, o percentual é significativo, atingindo 31,76%. A partir dos 25 anos poucos foram os que ingressaram, registrando-se apenas 6,04% entre 25 e 47 anos e mais. Do ponto de vista geracional, tem-se um perfil jovem também entre 2005 e 2008 em todos os cursos da área das Ciências Biológicas e Profissões de Saúde, quando os/as inscritos/as atingiram 77,0% a 85,0%, configurando os maiores percentuais entre todas as áreas (UFBA, p. 20). Os dados da UFSC mostram proporções semelhantes: a maior parte se concentra na faixa entre 19 a 24, correspondendo a 77,86%; até 18 anos, foram 13,11%, observando-se um significativo declínio a partir dos 25 anos. Entre esse limite os 29, tem-se apenas 6,61; entre 30 a 34, 1,65 e acima dos 35 apenas 0,77.

A diplomação em torno dos 20 e poucos anos se mantém na área, e foi frequente também entre as pioneiras. Rago, por exemplo, mostra que Francisca Prager Froes se formou em 1893 aos 21 anos (2007). Hahner esclarece que Rita Lobato se formou aos 21 anos e Ermelinda Lopes Vasconcelos aos 22 (2003). Em outros estudos também são encontradas referências à juventude das formandas no início do século XX (VIEIRA, 2006).

Quanto à origem escolar, na UFBA prevaleceu no período a escola privada (54,5% contra 45,5% da escola pública). Na UFSC, 30,0% dos classificados estudou em escolas



públicas, contra 70,5% em escolas privadas. Os dados do PAA evidenciam que antes da implantação do sistema de cotas, entre 2004 e 2007, o percentual médio de classificados/as oriundos/as de escolas públicas equivalia a apenas 18,1%. Entre 2008 e 2012, o percentual médio passou para 32,1%. Além de outras peculiaridades sócio-culturais e econômicas regionais, as diferenças certamente se explicam também devido à implantação do PAA na UFBA ter antecedido em três anos a da UFSC.

Quanto à renda familiar, predominou tanto na UFBA quanto na UFSC, a faixa entre cinco a dez salários mínimos (25,4% e 31,8%, respectivamente). No caso da UFBA, esta faixa pode ser considerada alta, em comparação com outros cursos, pois entre 2005 e 2008, os dados gerais mostram que 45,2% dos classificados/as situavam-se no intervalo inferior a cinco salários mínimos. Em seguida, encontram-se os intervalos correspondentes a três a cinco, sendo 18,4% na UFBA e 14,8% na UFSC. Uma concentração maior nas faixas mais altas, foi encontrada na UFSC, por exemplo, 24,3% dos estudantes declararam uma renda familiar entre 10 a 20 salários mínimos, contra 18,1%. Apesar da alta concorrência - que chegou a 39 candidatos por vaga em 2011 e 49 em 2012 na UFBA- observa-se que nessa instituição, 2,05 e 10,9% dos/as estudantes provêm de famílias cuja renda corresponde a um salário e entre um e três salários mínimos, respectivamente. Na UFSC, as proporções dessas faixas foram menores, correspondendo a 0,55 e 7,60. No entanto, segundo as informações sobre a implantação do PAA nessa instituição, se antes de 2008, 40% dos/as classificados/as declararam serem provenientes de famílias com renda entre 10 a 20 e de sete a 10 salários mínimos, de acordo com os dados de 2012, após 2008, as faixas de um a três e de três a cinco salários mínimos passaram a ocupar 47% das vagas¹¹.

Observa-se portanto, um perfil diversificado tanto na UFBA quanto na UFSC tendo o sistema de cotas contribuído significativamente para esse resultado também em termos mais gerais. No caso da UFBA além da Medicina, em outras carreiras entre as mais concorridas (Psicologia, Direito, Comunicação com habilitação em Jornalismo e Enfermagem), os percentuais das famílias com renda mensal entre 1 a 5 salários mínimos também foram altos (UFBA, 2008, p. 29).

Embora estes dados não estejam desagregados por sexo, assinala-se as diferenças em relação ao perfil das pioneiras, que ingressaram na área entre os finais do século XIX e as

¹¹ Certamente essa diversificação maior do perfil socioeconômico (e também étnico) tenderá a se ampliar tendo em vista as políticas de inclusão. No vestibular de 2013 por exemplo, a UFSC aumentou de 30, para 35,0% o ingresso através do PAA, sendo 25,0% das vagas reservadas para egressos das escolas públicas e 10,0% para candidatos/as negros/as.



primeiras décadas do século XX. Conforme a literatura citada, em geral elas provinham de famílias da elite ou das camadas médias, setores que embora tivessem, em alguns casos, vínculos originários com o meio rural, se estabeleceram nas grandes cidades. Também era comum, que entre esses segmentos, se encontrassem os filhos e filhas de migrantes europeus. Situação que provavelmente se prolongou até poucas décadas atrás.

Quanto ao quesito cor, pode-se observar claramente as interferências dos perfis étnicos regionais haja vista que na UFBA a maior parte se declarou parda (53,4%); em seguida, prevaleceu a cor branca (24,1%) e a preta (8,49). Pardos e pretos predominam, portanto, atingindo 61,8%. Indígenas e amarelos representam os menores contingentes com 2,0 e 1,1% respectivamente. Não obstante a pequena proporção destes últimos, a diversidade se explica tanto em razão do amplo contingente de afrodescendentes no Estado da Bahia, estimado em cerca de 73,0% em 2009 pela PNAD/IBGE, quanto pela implantação do sistema de cotas, e pela criação em 2007, do Programa Permanecer, que visa a consolidação das políticas de ações afirmativas (UFBA, 2008, p. 4)¹².

Segundo os dados da UFBA, “os cursos nos quais o ingresso dos candidatos de cor preta – e mesmo dos pardos – era bem inferior em relação aos brancos em períodos anteriores, notadamente aqueles que conferem um maior status social e econômico, apresentam mudanças consideráveis. Cursos como Medicina, Direito e Odontologia, a representação de pretos e pardos foi visivelmente maior (Medicina 72,5%; Direito 69,7% e Odontologia 72,6%)” (UFBA, 2008, p. 20).

Enquanto isso na UFSC, instituição cujos estudantes são originários principalmente do próprio Estado de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e do Paraná, predominaram claramente os brancos (82,9%), os pardos representaram 9,6% e os pretos apenas 3,7%. Esta predominância era, de certa forma, esperada haja vista que trata-se de regiões nas quais significativos contingentes de imigrantes de origem italiana e alemã se estabeleceram nos meios rurais e urbanos, e onde a proporção de negros é bem menor do que no Nordeste. A articulação do perfil étnico com a condição de classe é evidente, dado que na UFSC, as faixas de rendimento foram mais altas do que na UFBA. De qualquer forma, os avanços na primeira foram também consideráveis.

De acordo com o Relatório de Avaliação do PAA da UFSC, elaborado pela Comissão Institucional de Acompanhamento e Avaliação, “o percentual de pretos aumentou

¹² Em 2005, quinze universidades públicas (federais e estaduais) tinham adotado políticas de ação afirmativa. Entre elas, as pioneiras dessas ações: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Universidade do Estado da Bahia e a Universidade de Brasília.



significativamente a partir de 2008. De 2004 a 2007, eles eram 1,0% dos ingressantes, e passaram a ser 4,6%. Os pardos aumentaram de 7,5% (de 2004-2007) para 8,7% (2008-2012). Os negros passaram de 8,5% de 8,5% para 13,3% de antes para depois do PAA”. A Comissão conclui que houve um aumento de 56% no percentual de negros de PAA, configurando um aumento considerável (2012, p. 11). A Comissão tem constatado também que estudantes negros são os que apresentam a menor taxa de evasão, contrariando as expectativas dos opositores às políticas de cotas.

As vagas por cotas têm sido preenchidas na Medicina da UFBA, com base nas normas sobre reservas de vagas da Resolução 01/04, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, aprovada em julho de 2004¹³. No caso da UFSC, as reservas são definidas atualmente pela Resolução n. 26, aprovada pelo Conselho Universitário em outubro de 2012. Este documento ajusta as normas anteriormente vigentes à Lei 12.711 e outras deliberações do governo federal¹⁴.

Considerações finais: sinalizando os desafios

Os resultados obtidos até o momento mostram que em ambas as instituições há uma maioria do sexo masculino, e simultaneamente, confirmam a tendência à feminização da área; os/as estudantes tem prioritariamente entre 17 e 19 anos; a renda familiar pode ser considerada alta, em comparação com outros cursos, concentrando-se principalmente na faixa entre cinco a dez salários mínimos. Quanto a cor, a maior parte se declarou parda na UFBA e branca na UFSC. Em termos gerais, a proporção de autodeclarados pretos, revela uma tendência ascendente; a dos descendentes dos índios mostra também um incremento, embora estes continuem representando uma minoria.

¹³ A Resolução 01/04, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, aprovada em julho de 2004, no artigo terceiro, estabelece que “43% (quarenta e três por cento) das vagas de cada curso serão preenchidas na seguinte ordem de prioridade: a) estudantes que tenham cursado todo o ensino médio e pelo menos uma série entre a quinta e a oitava do ensino fundamental na escola pública, sendo que, desses, pelo menos 85% (oitenta e cinco por cento) de estudantes que se declarem pretos ou pardos; b) no caso de não preenchimento dos 43% (quarenta e três por cento) de vagas reservadas em conformidade com os critérios estabelecidos na alínea antecedente, as vagas remanescentes desse percentual serão preenchidas por estudantes provenientes das escolas particulares que se declarem pretos ou pardos; c) havendo, ainda, vagas remanescentes daquele percentual, as mesmas serão destinadas aos demais candidatos”. O texto completo desta Resolução consta no Manual do Candidato ao Vestibular da UFBA, 2013 e no site www.vestibular.ufba.br

¹⁴ Entre outras deliberações, no capítulo III, esta Resolução estabelece o seguinte: “I – 20% das vagas, por curso e turno, para atendimento das determinações da Lei 12.711/2012, do Decreto Presidencial no. 7.824/2012 e da Portaria Normativa no. 18/2012; II – 10% (dez por cento) para candidatos autodeclarados negros, que tenham cursado. §1.º Os candidatos a que se referem os incisos I e II deste artigo, interessados em participar na ação afirmativa de acesso aos cursos de graduação, deverão fazer a sua opção no ato de inscrição do vestibular. §2.º Os candidatos que optarem pelo “Programa de Ações Afirmativas” também concorrerão pela classificação geral. §3.º no mínimo 50% das vagas de que trata o Inciso I desta Resolução serão ocupados por estudantes oriundos de famílias com renda per capita bruta de até 1,5 salário-mínimo. §4.º proporção das vagas de que trata o Inciso I desta Resolução, no mínimo igual à da soma dos percentuais de pretos, pardos e indígenas na população de Santa Catarina, constantes no último censo do IBGE, serão reservadas para autodeclarados pretos, pardos e indígenas. §5.º a proporção a que se refere o parágrafo anterior, resultante da soma dos percentuais de pretos, pardos e indígenas totaliza 16%, conforme censo



Este perfil étnico, juntamente com a diversidade das faixas de renda das famílias de origem evidenciam que os/as estudantes dos cursos analisados, estão longe, portanto, de representar um bloco monolítico. Também apontam para a democratização das universidades públicas federais. Embora os homens continuem sendo maioria, os dados sinalizam avanços no sentido da equidade de gênero que sem dúvida, tem ocorrido não apenas na área da Medicina, mas no campo científico de modo geral. No entanto, há limites que precisam ser superados. Por exemplo, do ponto de vista geracional, a absorção tanto de homens quanto de mulheres não jovens, ou seja, com trinta anos e mais, é mínima. Os patamares de renda mostraram-se mais altos na UFSC e mais baixos na UFBA, revelando que no sul o pertencimento aos estratos socioeconômicos mais elevados, é mais pronunciado. Embora no total, a maioria tenha se declarado parda, contribuiu para esse resultado a forte presença desse pertencimento na UFBA. Na UFSC os percentuais de pretos e pardos é menor, mesmo com a implantação do regime de cotas.

Pesquisa recente de Melo sobre os dados do CNPq mostra que em 2008, 49,0% entre bolsistas, eram mulheres, tendo ocorrido um aumento de dez pontos percentuais em uma década. No entanto, apesar desse crescimento, nesse mesmo ano, apenas 27,0% delas eram líderes de grupos de pesquisa (Melo, 2010).

Além dessa desigualdade na linha de frente da ciência, outras mais gritantes, ligadas às questões étnicas, também precisam ser contempladas pelas pesquisas e superadas pela sociedade. Finalizando esse artigo, refiro apenas algumas delas: dados divulgados pelo IBGE, apontam que em 2009, no país, apenas 5,0% dos negros tinham atingido o nível superior de ensino contra 15,0% dos brancos (2010). No mesmo ano, 63% dos brancos se encontravam no ensino superior, enquanto o percentual de negros na mesma situação não passava de 31%. O estudo de Carvalho (2005) estimou em cerca de 1,0% ou menos o número de professores negros em universidades públicas também no início da primeira década do milênio.

A próxima etapa desta pesquisa interroga, em que medida haveria diferenças entre moças e rapazes quanto à renda familiar, idade e cor, focalizando as percepções dos/as cotistas sobre suas trajetórias. Vários estudos serão cruciais nessa etapa futura. Por exemplo, o de João Bosco Hora Góis sobre mulheres negras que acessaram o ensino superior no início do milênio, na Universidade Federal Fluminense (2008); a pesquisa de Wivian Weller e Marly Silveira sobre cotistas e o enfrentamento dos preconceitos na Universidade de Brasília (2008); a análise

de 2010 do IBGE. § 6.º para concorrer nas modalidades de cotas a que se refere o Inciso I exige-se que o estudante tenha cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.



de Antônio Sérgio Guimarães sobre o acesso de estudantes negros às universidades públicas (2003).

A etapa futura buscará avaliar também as interferências de gênero na escolha das especialidades médicas, indagando em que medida tem se mantido uma presença mais marcante das mulheres nas áreas de Ginecologia, Obstetrícia e Pediatria. E, nos escalões mais baixos da carreira, configurando as segregações hierárquicas e territoriais identificadas por Bruschini e Lombardi (1999) e por Vanin (2008).

Entendo que a análise do perfil atual dos/as estudantes do curso analisado colabora sem dúvida para compreender certas peculiaridades do acesso ao ensino superior em termos interseccionais. No entanto, entendo também que este constitui apenas um aspecto a ser explorado em meio a outros tantos possíveis e que podem contribuir para identificar com maior clareza, os desafios que graduandas e graduadas, em particular, precisarão vencer no futuro.

Referências

- BARROSO, Carmen Lúcia e MELLO, Guiomar N. de. A participação da mulher no desenvolvimento científico brasileiro. In: *Ciência e Cultura*, vol. 27, n. 6. Campinas: SBPC, 1975b, pp. 613-620.
- _____. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. In: *Cadernos de Pesquisa* n. 15. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, dezembro de 1975^a, pp. 47-77.
- BARROSO, Carmen Lúcia. Por que tão poucas mulheres exercem atividades científicas? In: *Ciência e Cultura* vol. 27, n.7. Campinas: SBPC, 1975, pp. 703-710.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. In: *Cadernos Pagu*, n. 26. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu, Unicamp, 2006, pp.329-365.
- BRUSCHINI, Cristina e LOMBARDI, Maria Rosa. Médicas, arquitetas, advogadas e engenheiras: mulheres em carreiras de prestígio. In: *Revista Estudos Feministas*, vol. 7, n.1. Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas e Centro de Comunicação e Expressão, UFSC, 1999, pp. 9-24.
- BRUSCHINI, Cristina. Mulher e Trabalho: engenheiras, enfermeiras e professores. In: *Cadernos de Pesquisa*, n. 27. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1978, pp. 5-17.
- CABRAL, Carla Giovana. Mapeando e Refletindo a Construção do campo disciplinar “Estudos Feministas da ciência e da tecnologia” no Brasil nos percursos do Fazendo Gênero. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 8 - CORPO, VIOLÊNCIA E PODER, 25 a 28 de agosto de 2008, Florianópolis. *Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 8, Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis: UFSC, 2008.
- CARVALHO, José Jorge. *Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior*. São Paulo: Attar, 2005.
- CREENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: *Revista Estudos Feministas*, vol. 10, n. 1. Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas e Centro de Comunicação e Expressão, UFSC, 2002, pp. 171-188.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- COMISSÃO INSTITUCIONAL DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO do Programa de Ações Afirmativas (PAA) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Avaliação do Período 2008-2012 e Proposta de Revisão. 2012. Disponível em acoes-afirmativas.ufsc.br/files/2013/06/ufsc-relatorio-cotas-2008-2012.pdf.



- FOX KELLER, Evelyn. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? In: *Cadernos Pagu*, n. 27. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, Unicamp, julho-dezembro, 2006, p. 13-34.
- _____. *Secrets of Life, Secrets of Death: essays on language, gender and science*. New York/London: Routledge, 1992.
- _____. The Origin, History, and Politics of the Subject Called "Gender and Science". In: JASANOFF, Sheila; MARKLE, Gerald E.; PETERSEN, James C. and PINCH, Trevor (eds.) *Handbook of Science and Technology Studies*. Thousand Oaks: Sage Publishing, 1995, pp.80-94.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder. Michel Foucault*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Acesso de negros às universidades públicas. In: *Cadernos de Pesquisa*, n. 118. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, março 2003, pp. 247-268.
- MELO, Hildete Pereira de & CASEMIRO, Maria Carolina Pereira. A Ciência no Feminino: uma análise da Academia Nacional de Medicina e da Academia Brasileira de Ciência. In: *Revista Rio de Janeiro*, n. 11. Rio de Janeiro: UERJ/Fiocruz, 2004, pp. 117-134.
- MELO, Hildete Pereira de e RODRIGUES, Lígia Maria. *Pioneiras das Ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: SBPC, 2006, 47 p.
- MELO, Hildete Pereira de. Um olhar de gênero sobre o sistema de concessão de Bolsas de Pesquisa no CNPq – 2001/2008. In: *Pensando Gênero e Ciência. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – 2009/2010*. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010.
- MINELLA, Luzinete Simões. Estudos sobre mulheres no campo da medicina: perfis e trajetórias nas interseções. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES. 03 a 06 de setembro de 2012, Niterói. *Anais do I Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades*. ANINTER: Niterói, 2012.
- _____. Mulheres no campo da Medicina no Nordeste e no Sul do Brasil: interseções de gênero, gerações, classe e etnia. Projeto de Pesquisa. Florianópolis, PPG Interdisciplinar em Ciências Humanas/UFSC, 2012.
- _____. Temáticas prioritárias no campo de Gênero e Ciências no Brasil: raça/etnia, uma lacuna? In: *Cadernos Pagu*, n. 40. Campinas-SP: Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, Unicamp, 2013, p. 95-140.
- MOTT, Maria Lúcia de Barros. Gênero, medicina e filantropia: Maria Renotte e as mulheres na construção da nação. In: *Cadernos Pagu*, n. 24. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, Unicamp, 2005, p.41-67.
- _____. Madame Durocher: modista e parteira. In: *Revista Estudos Feministas*, vol. 2, n. 3. Rio de Janeiro: Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1º semestre de 1994, pp. 101-116.
- _____. *Parto, parteiras, parturientes: Mme. Durocher e sua época*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1998. 331 p.
- _____. ; MUNIZ, M. A. ; ALVES, Olga Sofia Fabergé ; MAESTRINI, KARLA ; Santos, Taís. Médicos e médicas em São Paulo e os Livros de Registros do Serviço de Fiscalização do Exercício Profissional (1892-1932). In: *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 13. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Saúde Coletiva 2008, p. 853-868.
- RAGO, Elisabeth Juliska. *Outras falas: feminismo e medicina na Bahia (1836-1931)*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2007.
- ROSEN, George. *Uma história da saúde pública*. São Paulo: Hucitec: Editora da UNESP; Rio de Janeiro: ABRASCO, 1994.
- SCHIEBINGER, Londa. *O Feminismo mudou a ciência?* Bauru, SP: EDUSC, 2001. 382 p.
- SCHPUN, Monica Raisa. A médica Carlota Pereira de Queiróz e seus colegas: amizade e relações profissionais em meio predominantemente masculino. In: MONTEIRO, Yara Nogueira. (Org.). *História da saúde: olhares e veredas*. São Paulo: Instituto de Saúde, 2010, p. 239-250.
- _____. Entre feminino e masculino: a identidade política de Carlota Pereira de Queiróz. In: *Cadernos Pagu*, n. 12. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, Unicamp, 1999, pp. 331-377.
- TABAK, Fanny. *O Laboratório de Pandora. Estudos sobre a ciência no feminino*. Rio de Janeiro, Garamond, 2002^a. 262 p.



TAVARES-NETO, José. *Formados de 1812 a 2008 pela Faculdade de Medicina da Bahia*. José Tavares-Neto com a colaboração de Vilma L. N. de Oliveira. Feira de Santana: Academia de Medicina de Feira de Santana, 2008.

WELLER, Wivian e SILVEIRA, Marly. Ações afirmativas no sistema educacional: trajetórias de jovens negras na Universidade de Brasília. In: *Revista Estudos Feministas*, vol. 16, n.3. Florianópolis, Centro de Filosofia e Ciências Humanas e Centro de Comunicação e Expressão, UFSC, 2008, pp.931-948.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Pró- Reitoria de Planejamento e Administração. Perfil sócio-econômico dos candidatos inscritos e classificados no concurso vestibular da UFBA. 2001-2004. Salvador: UFBA, setembro 2005. Disponível em www.ufba.br/

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Pró- Reitoria de Planejamento e Administração. Perfil sócio-econômico dos candidatos inscritos e classificados no concurso vestibular da UFBA. 2005-2008. Salvador: UFBA, junho 2008. Disponível em www.ufba.br/

VANIN, Iole Macedo. *As damas de branco na biomedicina da Bahia (1879-1949): médicas, farmacêuticas e odontólogas*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, 2008.

VIEIRA, Márcia Aparecida de Lima. *Mulheres na Medicina: construindo espaços na São Paulo do início do século XX*. Dissertação de Mestrado, PPG em Educação, Universidade São Francisco, 2006.